



A formação de lideranças femininas: em foco o Coletivo Regina Pinho no assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes-RJ

Viviane Ramiro da Silva Martins¹

¹Professora da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, especialista em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Mestra em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGPS/UENF). E-mail: vivianeramiro@gmail.com.

Resumo: A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho põe em evidência a criação de estratégias de participação feminina em assentamentos de reforma agrária. No assentamento Zumbi dos Palmares, localizado em Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do Rio de Janeiro, por meio desse mecanismo organizativo, algumas mulheres assentadas têm estabelecido diálogos com instituições e organizações sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para viabilizar o escoamento e comercialização da produção agrícola e artesanal, a exemplo de feiras e redes de consumidores solidários. A experiência deste grupo aponta para a construção de práticas culturais que visam à construção de relações sociais de gênero mais igualitárias.

Palavras-chave: Gênero; Organização; Política.

1. Introdução

O presente artigo relata a experiência de um grupo de mulheres, o Coletivo Regina Pinho, do assentamento Zumbi dos Palmares¹ em Campos dos Goytacazes, região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. É um mecanismo associativo, de caráter informal, através do qual, várias mulheres forjaram uma identidade política. O surgimento desse grupo tem por base reflexões, referentes a

¹ O assentamento Zumbi dos Palmares, criado em 1997, é fruto de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e reúne aproximadamente 506 famílias no território que compreende áreas do município de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, região norte fluminense do estado do Rio de Janeiro.



questões de gênero² vivenciadas em áreas de acampamento e assentamentos rurais, promovidas por lideranças femininas que atuam em instâncias políticas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), associado ao interesse das assentadas em gerar e ampliar seus rendimentos financeiros através do escoamento e comercialização da produção agrícola e artesanal desse assentamento.

No campo dos estudos acadêmicos, experiências como a do Coletivo Regina Pinho, têm sido lidas enquanto mecanismo de resistência, as formas de opressão e exploração feminina. Portanto, são estratégias políticas que inspiram proposições acerca da promoção da autonomia econômica e política dessas mulheres (MEDEIROS e PAULILO, 2013).

Para Esmeraldo (2009, p. 209), esses grupos “forjam e ampliam novas mobilidades dentro e fora do assentamento e instigam desejos de novos investimentos materiais na formação para o trabalho e na ação política das mulheres”. O que possibilitam o “trânsito em outras “redes de poder” de quebra de fronteiras, de movimentos em direção a outras práticas culturais”. Neste sentido, a superação das formas de subordinação das mulheres tem sido objeto tanto da ação política de movimentos feministas e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos, quanto objeto de estudos que tem como abordagem a temática de gênero (BUTTO, 2011).

Ao discutir a experiência organizativa do Coletivo de Mulheres Regina Pinho aponto alguns fatores que condicionam o engajamento de mulheres em coletivos sociais do assentamento Zumbi dos Palmares, com o objetivo de realçar os debates sobre equidade de gênero em contextos rurais.

2. O Coletivo Regina Pinho em questão

No assentamento Zumbi dos Palmares a proposta de criação do Coletivo de Mulheres está relacionado à atuação de lideranças femininas em instâncias de organizações camponesas, como a CPT

² O conceito de gênero diz respeito a uma categoria histórica podendo ser concebido como “aparelho semiótico” “símbolos culturais” e “atribuições assimétricas” (SAFFIOTI, 1999).



e o MST, em parcerias com instituições de assistência técnica e extensão rural, como a Cooperativa de Assistência Técnica Rural (COOPERAR).

As integrantes do Coletivo Regina Pinho possuem um perfil social caracterizado, em sua grande maioria, por mulheres não brancas, com baixa escolaridade e que exercem atividades por meio de vínculos precários e/ou temporários. Esse grupo possui uma composição que varia entre oito a doze mulheres. Entre estas apenas duas fizeram parte da direção política de instâncias políticas formais desse assentamento: sendo: uma como secretaria e outra como presidenta. Porém, um número significativo delas já contribuiu com a organização de grupos de trabalho, como os referidos Coletivos de Saúde e Educação³, e/ou participam de outras instâncias do MST e diversas organizações de apoio à luta pela terra.

A exclusão das integrantes do Coletivo de Mulheres Regina Pinho dos espaços de decisão política do assentamento pode ser explicada pelo fato destas não possuírem a titularidade do lote de terra, critério básico de associação utilizado pelo Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁴. Portanto, estes espaços tendem a ser ocupados majoritariamente, por homens que controlam a gestão administrativa dos lotes, mesmo em casos de titulação conjunta.

Outro fator que condiciona a inserção das mulheres nas instâncias políticas desse assentamento refere-se ao grau de parentesco com o titular do lote. Visto que, em geral, quanto menor o grau de parentesco menor a possibilidade de influência nos rumos das políticas de desenvolvimento do assentamento. Além disso, elas afirmam que essas instâncias são direcionadas aos homens, pois, geralmente, esses projetos não respondem as suas demandas. Em parte, essas ideias estão relacionadas às representações sobre o que consideram como sendo papéis masculinos e femininos (MARTINS, 2015).

³ Esses coletivos também mantêm redes de relações dentro e fora do assentamento. Pois suas integrantes estabelecem contato com agentes ligados a outras redes de dimensões regional e estadual, como o Fórum de Educação do Campo do Norte Fluminense e a Rede Fitovida (Movimento Popular de Saúde do Rio de Janeiro).

⁴ Órgão do Governo Federal, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, que tem por finalidade gerir o cadastro de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas à reforma agrária e comunidades tradicionais quilombolas.



Mesmo assim, as integrantes do Coletivo reconhecem a importância das instâncias políticas formais dentro do assentamento devido à possibilidade de obtenção de informações que favorecem o acesso das famílias a créditos e outras políticas. A tabela 1 (anexo) apresenta a percepção das integrantes do Coletivo Regina Pinho⁵ com relação aos fatores que matizaram o seu processo organizativo. Um cenário fruto do modo de (re) produção que condiciona as relações sociais em nossa sociedade e impacta de diversas maneiras a vida dessas mulheres, dificultando sua participação em outras esferas, entre elas a política. São, portanto, “lutas por vezes fragilizadas pelas precárias condições de vida e pela persistência de desigualdades de gênero” (BUARQUE, 2003 apud PIMENTA, 2006, p. 171).

Deste modo, a formação dos denominados “grupos de mulheres” pode ser interpretada “como estratégias de resistência à situação de subordinação que as mulheres vivenciam em relação ao poder masculino, no que se refere ao modelo produtivo dominante e à subalternidade a que, enquanto grupo social, é condenado o campesinato” (MEDEIROS e PAULILO, 2013, p. 188).

Assim, a inserção das mulheres em esferas de decisão política é inibida pela dificuldade em conciliar as tarefas acumuladas pela responsabilidade com as atividades domésticas e a ocupação de postos de trabalho precários, sejam estes informais ou temporários, ao trabalho de militância política. Sobre este aspecto, Brumer e Anjos (2008) afirmam que mesmo com a valorização do papel da mulher na luta pela terra, trabalho, que adquire corpo a partir da atuação de “militantes especializadas”, estas ainda encontram “dificuldade de dedicar-se inteiramente à militância e de fazer arranjos para dar conta de atribuições nas esferas produtivas e domésticas” (BRUMER e ANJOS, 2008, p. 227).

Na região norte fluminense, a formação de lideranças femininas no contexto da luta pela terra envolve a confluência de diversos atores sociais⁶, num circuito de mobilizações para o Dia 8 de Março⁷, que conseguiram definir uma agenda para tratar de questões específicas das mulheres

⁵ Reflexão orientada com base em eixos temáticos identificados durante o projeto de pesquisa citato (MARTINS, 2015).

⁶ Além da CPT e do MST, outras organizações contribuíram com o processo de consolidação do Coletivo Regina Pinho, a exemplo da organização Coletivo Bárbaras de estudos feministas da UFF.

⁷ Data que demarca uma agenda de reivindicações de movimentos feministas e de mulheres por direitos sociais, econômicos e políticos.



assentadas. No Zumbi, esse processo de articulação ganha força a partir do decorrer de 2009, quando uma jovem, filha de assentado, que atuava num projeto de alfabetização de jovens e adultos⁸, reuniu mulheres para discutir a criação de ferramentas organizativas e definir mecanismos para a geração de renda voltada para as assentadas.

Desde a criação desse assentamento é expressiva a inserção de mulheres em instâncias de participação política, inclusive em cargos de liderança política. No entanto, a conformação de um grupo de natureza específica para discutir e propor ações relacionadas às questões de gênero emerge, em 2012, quando o debate de auto-organização das mulheres adquire corpo com a formação do Coletivo de Mulheres Regina Pinho.

Por meio desse processo organizativo, algumas mulheres passam a se encontrar para trocar experiências individuais e coletivas no âmbito da agroecologia, em diálogo com atores locais, a exemplo do Instituto Federal Fluminense (IFF), visando estabelecer parcerias para criar canais de comercialização da produção agrícola e artesanal dos assentamentos de reforma agrária na região. Esse espaço interativo, também viabilizou a discussão das dificuldades vivenciadas pelas mulheres nos assentamentos de reforma agrária.

No final do ano de 2013 as ações do Coletivo Regina Pinho ganham maior amplitude com o apoio de um projeto de pesquisa e intervenção⁹, em anexo, que visou fortalecer a organização política de mulheres assentadas na região. Em termos políticos, esta parceria possibilitou a reflexão sobre a situação das mulheres assentadas e a realização de parcerias com pesquisadoras de instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e a Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos). Assim como, possibilitou o diálogo com outros movimentos e organizações, como o Coletivo Feminista Barbara da UFF e o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (GT Mulheres - AARJ).

⁸ Projeto coordenado pelo Mova-Brasil e pelo Instituto Paulo Freire, em parceria com o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (SINDIPETRO NF).

⁹ Sobre o projeto ver (MARTINS, 2015).



Assim, o Coletivo Regina Pinho, enquanto espaço de sociabilidade e vivência coletiva, é fruto do protagonismo de mulheres que constroem estratégias econômicas visando à reprodução de suas famílias e de sua comunidade, como por exemplo, a Feira Agroecológica realizada no IFF¹⁰. Realizada entre os anos de 2010 e 2012, essa experiência foi desarticulada devido a dificuldades de transporte, que era cedido pelo Instituto para garantir o deslocamento das feirantes.

Atualmente, as integrantes desse Coletivo estão participando da Feira Regional da Agricultura Familiar realizada, mensalmente, em Campos dos Goytacazes/RJ, assim como da Feira Estadual da Reforma Agrária evento organizado semestralmente pelo MST na cidade do Rio de Janeiro. Mas, é preciso avançar na análise econômica dessas experiências, pois ainda que seja perceptível o retorno financeiro das mesmas não foi possível avaliar a relação tempo/trabalho numa perspectiva feminista.

Em âmbito regional, a ressonância de processos organizativos como a do Coletivo Regina Pinho pode ser expressa pela criação de um grupo de trabalho¹¹, no qual acampadas, assentadas, assalariadas rurais, quilombolas e pescadoras, entre outras, têm dialogado com representantes de órgãos públicos para elaborar, implementar e avaliar políticas agrárias e agrícolas voltados para mulheres rurais. Se de um lado, essas ações sinalizam para a construção de agenda política comum, de outro revela a diversidade de condições vivenciadas pelas mulheres em contextos rurais, que impõe medidas distintas e sistemáticas.

No primeiro semestre de 2016, mesmo com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agentes governamentais da região, que atuam nas prefeituras locais¹² continuaram dialogando com representantes de organizações sociais do campo, no sentido de desenvolver projetos e programas políticos voltados para mulheres agricultoras. Ainda que não esteja claro o rumo que essas políticas irão tomar, está rede de articulação tem como força mobilizadora a problemática da

¹⁰ Essa experiência foi desarticulada devido a dificuldades de transporte, que era cedido pelo Instituto para garantir o deslocamento das feirantes. Atualmente, as integrantes desse Coletivo participam de espaços de comercialização organizados pelo setor de produção do MST, a exemplo da Feira Estadual da Reforma Agrária e estão inseridas no Fórum de Economia Solidária do município de Campos dos Goytacazes.

¹¹ Instância do Colegiado Territorial Norte criado com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para a discussão de projetos de desenvolvimento territoriais que visam responder as demandas das mulheres de áreas rurais.

¹² Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira.



desigualdade de gênero. Mas, como bem observa Santos (2005), as mulheres constituem um grupo diferenciado interagindo de múltiplas formas e em diferentes níveis em função do contexto histórico, social, econômico e ambiental em que são socializadas.

3. Considerações finais

A superação das formas de subordinação feminina tem sido objeto de ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos (BUTTO e DANTAS, 2011). Nesse caminho elas mobilizam recursos materiais e simbólicos para realizar ações coletivas, conquistando espaços próprios e reconhecimento político (PIMENTA, 2006). Assim, a experiência do Coletivo de Mulheres Regina Pinho contribui para o entendimento de processos organizativos nos quais muitas mulheres estão envolvidas no cotidiano dos assentamentos rurais. Esse movimento de luta por emancipação não é contínuo, nem uniforme, pois porta conflitos, tensões, subordinações, contradições e rupturas (MARTINS, 2015).

No dizer de Saffioti (2001), “o gênero apesar de determinante deixa sempre espaço para o imponderável, um grau variável de liberdade de opção, determinada margem de manobra”. Pois, essa mobilidade por distintas matrizes de gênero permite a ressignificação das relações de poder (SAFFIOTI, 2001, p. 125). No MST, a configuração de um setor de gênero é fruto de reivindicações que objetivam garantir a participação igualitária de mulheres nas instâncias de poder desse Movimento. Nesse percurso, as mulheres Sem Terra reafirmam a importância e o papel feminino frente à produção de alimentos saudáveis e a luta contra o agronegócio.

É possível afirmar que a formação de lideranças femininas, no Coletivo de Mulheres Regina Pinho, tem influenciado de forma significativa na vida de várias mulheres, pois estas ao forjar uma identidade coletiva, até então negada ou não visibilizada passaram a influenciar de forma mais ativa na vida comunitária e política desse assentamento¹³. Sendo assim, a construção da identidade “Mulher

¹³ Desde meados do ano de 2016, integrantes ligadas a esse Coletivo vem discutindo formas de retomar projetos coletivos nesse assentamento, a exemplo do Banco de Sementes a partir da implantação de hortas comunitárias.



Sem Terra” se constitui enquanto prática de participação, que levam a reflexões e compartilhamentos de experiências pessoais, que portam sonhos e projetos coletivos de um grupo específico.

Para autoras como Campos (2005 apud GONÇALVES, 2009), o protagonismo político das mulheres não garante a efetiva igualdade entre homens e mulheres; já que esta pressupõe a superação de múltiplas formas de desigualdade. Contudo, essa experiência política revela, conforme Saffioti (2001), uma perspectiva de gênero fora da matriz dominante (a patriarcal), uma matriz alternativa ou a observância de matrizes subversivas, que nos permite ressignificar as relações de poder objetivo das distintas vertentes do feminismo.

De tal modo, a atuação das mulheres no contexto da luta pela terra se faz frente à cultura da violência¹⁴ que continua a (re) produzir mecanismos de exclusão e exploração das mulheres fruto de uma sociedade capitalista, patriarcal e racista. Essas são práticas emancipatórias pautadas em ideias como, confiança, respeito, cooperação, solidariedade, entre outras, que dialogam com os princípios da Educação em Agroecologia, pois se volta para a construção de modos de pensar e intervir emancipatórios.

Referências

BRUMER, A.; ANJOS, G. *Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão*. In. Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Org.). Brasília: MDA, 2008.

BUTTO, A. *Políticas para mulheres rurais: autonomia e cidadania*. In. Autonomia e Cidadania: política de organização produtiva para as mulheres no meio rural. BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.). 1ª ed. p. 11-36. Brasília: MDA, 2011.

GONÇALVES, R. *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento*. Novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema. (Tese de Doutorado). Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2009.

¹⁴ O feminicídio vem sendo denunciado por organizações e movimentos como uma das formas de violência contra a mulher. No assentamento Zumbi dos Palmares, de 2013 a 2016, quatro mulheres foram assassinadas, entre estas, está a agricultora Regina Pinho, de 56 anos, que apoiou a organização de um grupo mulheres na região. Após seu assassinato este grupo passou a se denominar Coletivo de Mulheres Regina Pinho em sua homenagem.



MARTINS, V. R. DA. S. *A experiência organizativa do Coletivo Regina Pinho no Assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes, RJ.* (Monografia). UFRRJ, 2015.

MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. *Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.* MEDEIROS, L. S; NEVES, D. P. (Org.). Niterói: Alternativa, 2013.

PIMENTA, S. de O. C. *Identidades em trajetórias: gênero e processos emancipatórios na reforma agrária.* In WOORTMANN, Ellen F.; HEDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (Org.). (Coletânea Margarida Alves sobre estudos rurais e gênero). Brasília: DF, 2006, p. 150 a 176.

SAFFIOTTI, H. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher.* V. 13. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.* Cadernos Pagu, 2001 (16), p. 115-136.

SANTOS, B. S. *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ANEXOS



Figura 1. Intercâmbio de mulheres assentadas em Itaperuna/RJ.
Fonte: Arquivo Projeto de Pesquisa/Intervenção MST – UFRRJ.



FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Instabilidade do processo organizativo	Fortalecimento da identidade coletiva
Formação de lideranças no grupo	Coletivo como espaço de aprendizagens
Dependência externa	Criação de vínculos comunitários
Legitimidade do grupo no assentamento	Parcerias realizadas
Dificuldade de acesso a recursos	Inserção em espaços de comercialização
Dificuldade para participar em espaços de comercialização e outras instâncias políticas do MST	Diversificação da produção do Coletivo

Tabela 1. Tabela de avaliação coletiva.

Fonte: Arquivo Projeto Pesquisa/Intervenção UFRRJ, 2015.

PERÍODO	ATIVIDADES	ATORES ENVOLVIDOS
Setembro a Dezembro de 2013	Reuniões de planejamento das ações do projeto de pesquisa/intervenção	CPT MST UFRRJ
Março a Outubro de 2014	Acompanhamento da agenda do Coletivo Regina Pinho	CPT MST UFF-Campos UFRRJ
Julho de 2014 Fevereiro de 2015	Intercâmbio de Experiência entre grupo de mulheres assentadas	GT Mulheres AARJ CPT MST UFF-Campos UFRRJ
Setembro de 2014	Seminário de Sistematização	GT Mulheres AARJ CPT MST UFF-Campos UFRRJ
Junho de 2015	Oficina de socialização dos dados da pesquisa	CPT CESE

Tabela 2. Ações do projeto de intervenção realizado junto ao Coletivo de Mulheres Regina Pinho como parte do trabalho de pesquisa do curso de especialização em Agroecologia e Desenvolvimento de Assentamentos pela UFRRJ.

Fonte: Arquivo Projeto Pesquisa/Intervenção UFRRJ, 2015.